

**Vida no chão: Uma etnografia arqueológica entre garimpeiras de São João da Chapada  
– MG**

**Sarah Kelly Silva Schmidt<sup>12</sup>**

**Resumo:** Esta apresentação se baseará em uma etnografia sobre os lugares habitados, produzidos por e produtores das mulheres de São João da Chapada, distrito de Diamantina/MG. Lugar constituído por atividades de garimpo e mineração desde o século XVIII, atividades que não eram praticadas apenas por homens adultos. Com a proibição e crescente marginalização das práticas extrativas tradicionais as famílias, principalmente as mulheres, têm se sustentado com agricultura familiar, atividades de coleta de flores, frutas e vegetais e o trabalho fora de casa. Planejo, nesta apresentação, trabalhar com alguns conceitos centrais da chamada virada ontológica e das discussões pós-coloniais. Com base em meu trabalho de monografia e a partir das informações etnográficas disponíveis sobre São João da Chapada, vejo a necessidade de outros tipos de contribuições teóricas e etnográficas sobre as populações não-urbanas que não necessariamente se consideram ou podem ser consideradas pela academia como “camponesas” (enquanto categoria social, campo de estudo classicamente influenciado pela teoria da etnicidade e o marxismo). Considero necessário colocar em foco os conhecimentos locais em contraposição a uma pesquisa baseada nas representações coloniais do pensamento ocidental, reconhecendo como algumas das teorias base do pensamento social da antropologia e da arqueologia realocam e distanciam as relações entre e com as coisas. Inspiro-me em trabalhos que propõem que as investigações devem ser conduzidas com um contínuo questionamento da linguagem científica e das epistemes que conformam os marcos teórico-científicos que vem estruturando as práticas antropológicas e arqueológicas, fazendo uma crítica ao uso dos métodos tradicionais nestas disciplinas no processo de entendimento de modos de vida que não se encaixam nas noções ocidentais que os baseiam. Discutindo assim, também, a continuidade da construção de saberes contra-hegemônicos na antropologia e arqueologia.

**Palavras-Chaves:** Antropologia Rural, Arqueologia, Paisagem, Virada Ontológica, Etnografia Mais-Que-Humana.

---

<sup>12</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail sarah.schmidt@gmail.com



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

A implantação de legislações ambientais, advindas da crescente mobilização ambientalista a partir dos anos 1980, acabaram por condenar o modo de vida garimpeiro praticamente à ilegalidade em Minas Gerais, já que as muitas exigências destas normativas não condizem com o modo tradicional de garimpo das pessoas. Esta marginalização do garimpo e, mais além, do modo de vida praticado em São João da Chapada<sup>13</sup>, vem sendo produzida e também validada desde o século XIX por trabalhos científicos. Um proeminente exemplo é o do geólogo Wilhelm von Eschwege, que, em seus textos, identifica a tecnologia do garimpo tradicional brasileiro como arcaica e improdutivo, aconselhando investimento em mecanização, a mudança do garimpo braçal para a mineração industrial, a importação de tecnologia e mão-de-obra especializada para aumentar a produtividade e o investimento externo, principalmente vindo da Inglaterra. E, a partir daquele momento, Minas se pretende como o estado da mineração, nunca do garimpo. Estado da indústria, onde o “manual” e o “artesanal” existem, mas de maneira controlada, como peculiaridade de um modo de vida que supostamente harmonizaria o “tradicional” e a modernidade. O que se vê, porém, é a invalidação de toda e qualquer outra forma de extração mineral que não a moderna e industrializada.

A legislação minerária iguala modos de relação entre seres humanos e natureza que são incomparáveis e produzem efeitos diferentes e contraditórios. Estas leis são propostas enquanto uma barreira à exploração em larga escala da indústria da mineração, altamente destrutiva de recursos naturais não-renováveis, para isso se fundamenta na moderna dicotomia entre natureza e cultura, ignorando que muitas das interações agora proibidas se fundamentam por outras formas de se relacionar com os elementos não-humanos do mundo ao seu redor. E também não considera que estas outras relações não industriais de extração (inclusive o garimpo, mas não apenas) contribuíram para a produção dos ecossistemas em questão. Este cenário - onde legisladores, órgãos ambientais, ativistas e cientistas são fruto desta distanciação entre natureza e cultura e a defendem, invalidando as várias outras formas de relação que borram os limites produzidos pela modernidade - produz, então, “uma distribuição ecológica desigual” (Andreia Zhouri, 2005:18).

A “Ciência”, enquanto forma única e disciplinada de conhecimento, é um dos principais instrumentos de colonização do pensamento, o dispositivo de poder que sustenta o “sistema-mundo

---

<sup>13</sup> Distrito de Diamantina, Minas Gerais



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

moderno/colonial” (Mignolo, 2000) e que o (re)produz estruturalmente. Bruno Latour (1994) descreve como o cenário de constituição do projeto de uma “sociedade moderna” foi um constante esforço de criação de dicotomias e distanciamento dos polos formados por estas; dicotomias retroalimentadas pela Ciência, que amparam este projeto de modernidade e que construíram uma compreensão da realidade identificada como “pensamento ocidental moderno”. E os moradores de São João da Chapada, assim como muitos outros coletivos - dentro e fora das cidades; trabalhadores do campo, da indústria, do extrativismo; pessoas localizadas geograficamente dentro do Ocidente ou não -, são exemplos de onde este projeto menos se realiza. Estas não são pessoas passíveis de salvamento compulsório, onde estariam ansiosas por formas de se modernizarem cada vez mais, esperançosas com a falsa promessa de melhores condições de vida, para, neste processo, serem sistematicamente privadas de viver como querem viver e vem vivendo. Ao contrário, vivem em luta, apesar do movimento fagocitante do capitalismo e de seu instrumento de ação, o Estado.

A partir desta trajetória de descolonização do saber e questionamento da pretensão da realidade ocidental moderna como una e inexorável, percebe-se que toda argumentação teórica científica é parte de um processo histórico e que suas posições, elaboradas por profissionais formados dentro do padrão de conhecimento ocidental uno, recriam/reforçam as dicotomias Natureza X Cultura e sua equivalente Objeto X Sujeito. Dicotomias que sustentam o discurso científico usado na governança estatal da qual falo aqui. Que constroem o “meio-ambiente” (natureza) como algo separado do âmbito da política (sociedade) e controlado pelo Homem, este último possuidor do dever de observar como exercer seu controle para poder continuar a “usufruir” de tudo que a natureza pode lhe “fornecer”. Este discurso permite que o garimpo seja condenado como algo que destrói o meio ambiente - e por isso deve ser muito bem regulado, e os infratores, punidos - mas que também nunca consegue impedir o avanço da mineração. E um dos grandes exemplos da dimensão do poder devastador da mineração é o crime ambiental cometido pela Samarco S/A em Mariana, Minas Gerais, cujas punições foram muito mais midiáticas do que significativas ou mitigatórias em relação à monumentalidade da destruição causada.

De acordo com o Estado e todo seu aparato de incentivos as famílias garimpeiras de São João da Chapada, que utilizam os mesmos instrumentos de trabalho descritos nas narrativas históricas desde o século XVIII (carumbé, bateia, almocafre, picareta) e técnicas de extração mineral que não necessitam de máquinas ou aditivos químicos, deveriam normatizar e modernizar suas práticas, tornando real o tipo de relação entre sociedade e natureza projetada pela moderna Legislação



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Minerária Brasileira. Sob estes preceitos o garimpo, uma atividade sazonal e familiar em São João da Chapada, realizada em consignação com os proprietários de terra ou em áreas de domínio comum - como beiras de estrada - , deve ser realizado somente por pessoas adultas autorizadas, em cooperativa e em locais previamente autorizados pela União.

E este incentivo a uma modernização não acontece apenas em relação às atividades de garimpo, mas também à agricultura, extrativismo e muitos outros âmbitos das vidas dos moradores de São João da Chapada. Além da legislação que normatiza o garimpo, diversas outras ações estatais que propõem/impõem “melhores formas de se fazer” as atividades ali realizadas vêm se intensificando. Algumas mais sutis - como os diversos cursos oferecidos como atividades de extensão por cientistas das universidades da região, sobre turismo e recepção, manejo de solo, plantio de hortaliças, etc - outras nem um pouco - por exemplo a apreensão de ferramentas, multas exorbitantes em punição ao garimpo não-legalizado, e apreensões exemplares com exibição em praça pública. Todas estas atividades são, igualmente, ferramentas de violência epistêmica (Gnecco, 2009). E todas muito bem embasadas em preceitos científicos, sejam estes ambientais e/ou jurídicos.

Em São João podemos ver o quanto este pilar da ocidentalidade, a Ciência, é usado como instrumento disciplinador, colonizador e regulador, usado para empurrar as pessoas mais e mais em direção a um modo de vida capitalista. Dona Maria Macarrão, assim como a maioria dos habitantes daquele lugar, sempre lascou sua lenha nos arredores da cidade, assim como Maria de Dada, Nenzinha e suas famílias realizavam a *panha* de sempre-vivas, em um contexto em que as terras ainda não eram cercadas. O cerceamento, que aconteceu gradualmente nos últimos 25 anos, dificulta e tenta impedir estas e outras atividades, como o recolhimento de palha para vassoura, de canela de ema para fazer fogo, de frutas, broto de bambu, samambaia para o consumo familiar, de caminhos para ir para as roças. Assim é forçado o uso de estradas patrulhadas e delimitadas pelo Estado e seus órgãos de fiscalização e o consumo comercial capitalista- de lenha, alimentos e outros produtos que se tornam mais caros e nem sempre são locais - em uma tentativa de submeter todos os aspectos da vida das pessoas a um controle absoluto.

Tendo em vista tudo isso, e orientada tanto pelos teóricos aqui citados quanto pelas conversas com as moradoras de São João da Chapada, vejo a necessidade da produção de um texto que não se trate apenas de uma descrição etnográfica clássica, uma das clássicas ferramentas coloniais de



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

produção de *outriedades*<sup>14</sup>. Me localizo no crescente movimento de explicitação da violência da colonização e da modernidade como projeto sustentado, também, pela parcialidade alcançada pelas suposta neutralidade e objetividade científica. Como bem explica Haraway (1995), a objetividade projetada pela Ciência constrói a ilusão de visão infinita, onde se pode ver e analisar a tudo, e possibilita às e aos cientistas uma conveniente “transcendência de todos os limites e responsabilidades” (1995, 21). Mas que produz um conhecimento parcial, que parte das experiências vivenciadas por aquele que vem sendo o corpo científico esperado: o de homem, branco, heterossexual, rico, de formação colonial e ocidental. Um olhar, que, ao invés de neutro, se torna parcial ao que se encaixa no esperado por este corpo e que (re)produz tudo aquilo sustenta sua normalidade e poder.

Haraway sugere, então, um outro tipo de posicionamento objetivo do cientista, que reconheça seu local de fala e o que lhe influencia, delimitando o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e admitindo responsabilizações. Uma mudança na produção de conhecimento que permite “a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (1995, 24). É importante admitir a presença de linguagem colonial e hegemônica nas bases da disciplina e se reconhecer enquanto pessoa disciplinada pela academia, mas isso definitivamente não nos exime da possibilidade de transformação e da busca por relações menos assimétricas. Como diz Mignolo, “a opção decolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender” (2008: 290): é a localização das violências epistêmicas que torna mais fácil o processo de descolonizar-se. Percorrendo esta via, parto dos aprendizados dos encontros em campo para voltar meu olhar para o “sistema-mundo moderno/colonial”. E parte deste exercício é também ter um olhar crítico direcionado à forma com que produz este conhecimento científico - reconhecidamente parcial e localizado, e, por isso, objetivo no sentido feminista. Por isso acredito na necessidade da realização de etnografias arqueológicas, como definida por Hamilakis (2011; 2016): uma prática reflexiva, crítica, política e atenta à diferença que não está interessada em utilizar os encontros etnográficos oportunisticamente para simples produção acadêmica, mas tão importante quanto o texto e o registro material é o testemunho, a participação, a afecção e o ativismo. E a consciência das implicações éticas e políticas tanto do produto final quanto de cada palavra usada na descrição.

---

<sup>14</sup> Tradução livre do termo *otherness* (Fabian, 1983)



## **VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O objetivo, no movimento centrífugo que busquei empreender aqui, é ir do um ao múltiplo, construindo e aprendendo com as formas de viver outras, lutar em conjunto pela sua permanência e contínua existência. Considerando a necessidade de entender conhecimentos locais em contraposição às representações coloniais do pensamento ocidental, reconhecendo como algumas das teorias base do pensamento social e da arqueologia realocam e distanciam as relações entre e com humanos e não-humanos, considero que as investigações deveriam ser conduzidas com um contínuo questionamento da linguagem científica e das epistemes que conformam os marcos teórico-científicos que vem estruturando as práticas antropológicas e arqueológicas.

### **Referência Bibliográficas:**

Fabian, J. *Time and the Other: How Anthropology Makes its Object*. New York: Columbia University Press. 1983.

GNECCO, Cristóbal. *Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la racionalidad*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, Belém, 4(1). 2009.

HAMILAKIS, Yannis. *Archaeological ethnography: A multi-temporal meeting ground for archaeology and anthropology*. *Annual Review of Anthropology*, 40: 399-414, 2011.

HAMILAKIS, Yannis. *Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography*. *World Archaeology Journal*. 2016.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press. 2000.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistémica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, 2008.

ZHOURI, Andreia, et al. "Introdução. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais". IN: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D. (orgs) *A Insustentável leveza*



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.